

Capacidade

Em sua participação no Fórum Infraestrutura de Transportes, o ministro Helder Barbalho afirmou que o sistema portuário nacional é capaz de operar 1,43 bilhão de toneladas por ano, mas utiliza apenas 63% dessa oferta.

portomar@atribuna.com.br

Porto & Mar

Recursos obtidos em leilões vão custear dragagem, diz ministro

SEP promete segurança jurídica

Estratégia foi anunciada pelo titular da Secretaria de Portos ontem, durante participação em fórum de infraestrutura

FERNANDA BALBINO

DA REDAÇÃO

A Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP) vai destinar parte dos valores das outorgas obtidos com os arrendamentos de três terminais do Porto de Santos, para obras de dragagem e projetos de modernização portuária. A expectativa é de que sejam arrecadados R\$ 640 milhões nos leilões de instalações apenas no cais santista. Inicialmente, esse montante irá para os cofres do Tesouro Nacional e só depois voltará para o setor.

A informação foi revelada pelo ministro dos Portos, Helder Barbalho, ontem, durante sua participação no Fórum Infraestrutura de Transporte, promovido pelo jornal Folha de São Paulo, na Capital. Segundo ele, o plano é utilizar o dinheiro para reduzir o rombo nas contas do Governo e aprofundar os portos brasileiros.

Dois anos após a promulgação da Lei nº 12.815, a nova Lei dos Portos, o primeiro lote de arrendamentos portuários finalmente sairá do papel. Três áreas serão licitadas em Santos, na Margem Direita, e uma em Vila do Conde (PA). O leilão será no próximo dia 9, às 10 horas, na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), na Capital.

Segundo Barbalho, empresas brasileiras, americanas e chilenas se interessaram pelas áreas e a expectativa é de sucesso nas concessões. "Estamos aguardando o fechamento das propostas. Só teremos o perfil efetivo (das firmas concorren-



Canal de navegação do Porto de Santos: SEP prepara novo contrato de dragagem para o complexo marítimo

tes) na antevéspera do leilão, é o que está estabelecido no edital. A procura é extremamente elevada e temos mais de mil consultas aos editais", destacou.

Ao falar sobre os recursos das outorgas que vão custear as dragagens portuárias, o ministro destacou que "são duas questões diferentes. Tem a manutenção da profundidade e tem o investimento da profundidade. Temos o planejamento de investimento de R\$ 3,9 bilhões em dragagem. Isso é investimento (em profundidade), independente das ações

que estão sendo feitas pelas companhias docas (para a manutenção). São investimentos novos que, inclusive, são necessários para garantir a profundidade correspondente para a operação portuária que dará segurança para os investidores, sejam os de agora ou os continuados, que não serão prejudicados", destacou.

O plano de concessão da dragagem, que foi debatido pela SEP com a iniciativa privada há cerca de oito meses, ainda deve demorar para ser colocado em prática. "Essa é uma dis-

cussão que precisa ser melhor debatida para que a construção seja feita levando em consideração o contraditório de todos os atores e que a decisão a ser tomada a respeito do tema possa gerar algo positivo".

ADAPTAÇÃO DE CONTRATOS

Barbalho também revelou o plano do Governo de estender os contratos de arrendamento de terminais firmados antes de 1993, quando foi promulgada a Lei nº 8.630, a antiga Lei dos Portos. Para isso, será necessária a publicação de um decreto.

Investimento

"Temos o planejamento de investimento de R\$ 3,9 bilhões em dragagem. Isso é investimento (em profundidade), independente das ações que estão sendo feitas pelas companhias docas (para a manutenção). São investimentos novos"

Helder Barbalho, ministro dos Portos

A afirmação foi uma resposta ao questionamento do presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Wilen Manteli, que também participou do fórum. Para o executivo, a adaptação dos contratos é uma forma rápida de garantir investimentos privados no setor.

Segundo Manteli, em todo o País, cerca de 30 terminais podem ser beneficiados com a medida. Apenas em Santos, são nove instalações que podem ter o contrato prorrogado por mais dez anos. Isso geraria um investimento de R\$ 11 bilhões.

DE SÃO PAULO

O ministro da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP), Helder Barbalho, afirmou ontem que o Governo deve se empenhar para facilitar o investimento privado e garantir a segurança jurídica para os interessados em aportarem recursos na área portuária.

"O que cabe ao Governo é garantir eficiência processual e agilidade para permitir aos investidores privados que se planejem para a execução de suas demandas", disse Barbalho, durante evento sobre infraestrutura de transporte.

O ministro destacou que, para os próximos cinco anos, a União trabalha com uma agenda de R\$ 3,9 bilhões em investimentos em dragagem, de modo a garantir que os portos possam estar adaptados e aptos a receberem as embarcações de maior porte que tendem a chegar aos terminais nos próximos anos.

Em relação à agenda de investimentos privados, Barbalho voltou a ressaltar que a SEP possui atualmente 66 pedidos de autorização para terminais de uso privado, com investimentos de mais de R\$ 19 bilhões. O ministro também destacou que outras 93 áreas portuárias já estão com o processo de licitação planejado, com uma meta de que possam ser leiloadas até o final do próximo ano, com R\$ 16 bilhões em investimentos previstos. E ainda há uma terceira agenda, da ordem de R\$ 11 bilhões, envolvendo processos de prorrogação de arrendamentos. (Estadão Conteúdo)